

**Maestro Locadora de Veículos S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2013 e 2012

## **Conteúdo**

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório da administração**

A Maestro Locadoras de Veículos S.A. conquistou ao longo de 2013 importantes êxitos em sua trajetória de crescimento com responsabilidade financeira, atingindo objetivos importantes, mesmo em um cenário externo de baixo crescimento da economia e restrições na concessão de crédito.

O faturamento bruto de aluguel de carros atingiu R\$ 33.1 mm, um crescimento de 29% em relação ao do ano anterior. Da mesma forma a receita bruta anual de venda de carros aumentou 21% em relação a 2012. Combinadas, houve um crescimento de 26% da receita bruta total em relação à do último ano. Este faturamento é suportado por uma carteira de 115 clientes com frotas em todo o território nacional e com saudável diversificação entre os setores de atuação (farmacêutico, alimentício, autopeças, serviços, logística entre outros). Os contratos de locação têm, em média, 28 meses de duração e a idade da frota em dezembro/2013 era de 14 meses.

A Companhia passou a ser lucrativa na última linha (lucro líquido) a partir de outubro/2013, consequência das diversas iniciativas de aumento de eficiência na gestão e no giro do ativo, e também na otimização de estrutura fixa. Estes aumentos têm característica permanente haja vista a continuidade do resultado antes de impostos nos primeiros meses de 2014 e a projeção para manutenção desta tendência no nosso planejamento de longo prazo.

O EBT (lucro antes do imposto de renda) do último trimestre foi de R\$ 369 mil, crescimento de R\$ 653 mil em relação ao 3º trimestre e de R\$ 2,2 mm em relação ao mesmo período do ano anterior. Importante salientar que este resultado é suportado tanto pelos ganhos de eficiência que compensaram o aumento da taxa básica de juros no período (além da contratação de linhas de crédito pré-fixadas em 2012 que também contribuíram para a contenção das despesas financeiras) como pela continuidade da consistência na precificação do valor de venda de carros usados.

A Companhia terminou o ano com frota total de 2.646 veículos a valor de mercado (FIPE) de R\$ 75 mm. Este valor de frota é 1,43x o valor da dívida líquida final de período.

A eficiência da utilização do ativo, medida pela relação entre a frota operacional (que gera receita) e frota total, atingiu 97,3% no último trimestre de 2013, aumento de 16,5 p.p. em relação a igual período de 2012. As perspectivas para 2014 são de continuidade da trajetória ascendente de lucratividade. São necessários para atingir este objetivo a manutenção do índice histórico de renovação de contratos e o alongamento do perfil atual do endividamento. Acreditamos que a geração de resultados positivos demonstrados pela Companhia, em particular no segundo semestre, suportarão de forma importante o alcance dos objetivos traçados para 2014.



**KPMG Assurance Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da  
Maestro Locadora de Veículos S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadoras de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadoras de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia possui créditos fiscais diferidos, no valor total de R\$ 8.428 mil em 31 de dezembro de 2013, os quais foram originados, por prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias. A Companhia não constituiu provisão para perda sobre esses créditos fiscais, a qual não resultaria em efeito caixa, pois conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, está implementando plano estratégico de crescimento que viabilize a utilização desses créditos de forma mais efetiva e dinâmica. Portanto, a realização futura desses créditos, total ou parcial, depende do sucesso na implementação do plano estratégico de crescimento definido pela Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 28 de abril de 2014

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4



Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8

## Maestro Locadora de Veículos S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)	Passivo	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	11	7.572	12.391	Fornecedores	18	612	6.099
Aplicações financeiras de uso restrito	12	4.740	3.035	Empréstimos e financiamentos	19	37.907	22.528
Contas a receber de clientes	13	6.894	3.215	Consórcios a pagar	20	303	1.953
Veículos em desativação para renovação da frota	14	418	1.975	Salários, encargos e contribuições sociais		330	326
Impostos a recuperar		377	871	Obrigações tributárias		32	56
Despesas antecipadas		665	316	Outras contas a pagar		302	291
Outras contas a receber		412	659				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>21.078</b>	<b>22.462</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>39.486</b>	<b>31.253</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	13	680	1.720	Empréstimos e financiamentos	19	26.315	35.651
Depósitos judiciais	21	64	5	Consórcios a pagar	20	147	232
Impostos a recuperar		317	-	Provisão para contingências	21	112	23
Despesas antecipadas		97	-				
Impostos diferidos	15	2.280	1.586	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>26.574</b>	<b>35.906</b>
Imobilizado	16	64.394	65.616				
Intangível	17	29	-	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>67.861</b>	<b>68.926</b>	Capital social	22	30.535	30.535
				Prejuízos acumulados		(7.656)	(6.306)
<b>Total do ativo</b>		<b>88.939</b>	<b>91.388</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>22.879</b>	<b>24.229</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>88.939</b>	<b>91.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Maestro Locadora de Veículos S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receita líquida</b>	23	55.018	44.349
<b>Custos de locação e venda de veículos</b>	24	<u>(39.742)</u>	<u>(33.611)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>15.276</u>	<u>10.738</u>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas e gerais	25	(9.223)	(9.014)
Outras receitas operacionais		<u>116</u>	<u>254</u>
		<u>(9.107)</u>	<u>(8.760)</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>		<u>6.169</u>	<u>1.978</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>			
Despesas financeiras	26	(9.341)	(6.042)
Receita financeiras	26	<u>1.128</u>	<u>1.403</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>		<u>(8.213)</u>	<u>(4.639)</u>
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<u>(2.044)</u>	<u>(2.661)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>694</u>	<u>5.704</u>
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<u><u>(1.350)</u></u>	<u><u>3.043</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Maestro Locadora de Veículos S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.350)	3.043
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total dos resultado abrangentes</b>	<b><u><u>(1.350)</u></u></b>	<b><u><u>3.043</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Maestro Locadora de Veículos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2012</b>	<u>30.535</u>	<u>(9.349)</u>	<u>21.186</u>
Lucro líquido do exercício	-	3.043	3.043
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>30.535</u>	<u>(6.306)</u>	<u>24.229</u>
Prejuízo do exercício	-	(1.350)	(1.350)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>30.535</u>	<u>(7.656)</u>	<u>22.879</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Maestro Locadora de Veículos S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(1.350)	3.043
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(694)	(5.704)
Depreciação do ativo fixo e dos veículos em desativação para renovação de frota	7.765	6.447
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	22.815	18.888
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	804	782
Encargos financeiros (exceto leasing e giro-pré)	5.945	4.658
(Reversão) constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(162)	910
Perda com contas a receber não realizado	686	-
Constituição (reversão) de provisão para contingências	89	(243)
(Reversão) constituição da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	(504)	504
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>		
Contas a receber de clientes	(3.163)	(1.082)
Aquisições de veículos (vide divulgação complementar a seguir)	(32.744)	(47.950)
Impostos a recuperar	177	(628)
Despesas antecipadas	(446)	(51)
Outras contas a receber e depósitos judiciais	188	(525)
Fornecedores (exceto montadora)	(196)	54
Outras contas a pagar	(9)	(519)
<b>Caixa líquido usado nas atividades operacionais</b>	<b>(799)</b>	<b>(21.415)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras de uso restrito	(1.705)	(3.035)
Aquisição de ativo imobilizado	(744)	(478)
Adição ao ativo intangível	(40)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(2.489)</b>	<b>(3.513)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	22.541	33.909
Amortização de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	(18.923)	(7.355)
Juros pagos	(5.149)	(4.661)
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(1.531)</b>	<b>21.893</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.819)</b>	<b>(3.035)</b>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	12.391	15.426
No fim do exercício	7.572	12.391
	<b>(4.819)</b>	<b>(3.035)</b>
<b>Divulgação complementar às informações do fluxo de caixa:</b>		
Demonstração do caixa pago pela aquisição de carros:		
Aquisições de carros no exercício	(27.347)	(41.590)
Fornecedores - Montadoras de carros:		
Saldo no final do exercício	163	5.454
Saldo no início do exercício	5.454	1.811
	<b>(5.291)</b>	<b>3.643</b>
Leasing (Pré e pós)		
Saldo no final do exercício	13.963	13.320
Saldo no início do exercício	13.320	23.250
	<b>643</b>	<b>(9.930)</b>
Empréstimos (Giro e pré)		
Saldo no final do exercício	6.422	5.436
Saldo no início do exercício	5.436	358
	<b>986</b>	<b>5.078</b>
Consórcios a pagar		
Saldo no final do exercício	450	2.185
Saldo no início do exercício	2.185	7.336
	<b>(1.735)</b>	<b>(5.151)</b>
<b>Caixa pago pela aquisição de carros</b>	<b>(32.744)</b>	<b>(47.950)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, e foi constituída em 12 de março de 2007, com escritório administrativo localizado na Rua Cenno Sbrighi, 45, Água Branca, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 – Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embú das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional, no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização segundo bases contratuais por aproximadamente 24 meses e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que, em 31 de dezembro de 2013, a frota da Maestro era composta por 2.646 veículos.

Ao longo de 2013 importantes iniciativas foram tomadas no sentido de alcançar lucratividade e preservar a sustentabilidade do fluxo de caixa. Houve importantes melhorias na gestão da frota (incluindo os tempos necessários para preparação e venda de veículos) e redução da estrutura fixa.

No âmbito operacional, uma das melhorias realizadas foi a diminuição no número de veículos que não geram receita (em preparação para clientes e em *defleet*). Isto reduziu o valor da frota circulante e foi o principal responsável pela diminuição no capital de giro líquido. Sendo a redução do ativo que não gera receita um aspecto claramente positivo do negócio, pela eficiência do uso dos ativos, a Maestro continuará empenhando esforços no sentido de trabalhar com baixo ativo circulante, embora espere alguma melhora no indicador de CGL pelo alongamento do passivo atual.

A Maestro tornou-se lucrativa desde outubro de 2013 com a implantação bem sucedidas destas iniciativas. Dado o caráter permanente dos avanços e melhorias, a Companhia tem consistentemente apresentado resultados positivos nos meses subseqüentes (não auditado).

Com a operação devidamente estruturada, e com o objetivo de capturar com segurança as oportunidades de crescimento que o mercado de terceirização de frotas apresenta, a Companhia terá no 2º trimestre de 2014 uma capitalização adicional de R\$ 21.200 (vide Nota Explicativa nº 29). Esta capitalização permitirá a Maestro continuar cumprindo seu plano de negócios e possibilitará a retomada de captação de operações estruturadas de endividamento mais longas. O objetivo é de reduzir a parcela mensal do fluxo de caixa operacional destinado ao serviço de juros e principal, liberando recursos adicionais para o crescimento da frota.

Com a consolidação de um cenário amplamente favorável para os próximos anos, a Maestro passará a ter como objetivo, em adição ao crescimento orgânico, o aumento de frota e receita pela aquisição de carteiras de empresas de menor porte do setor de terceirização de frotas.

Acreditamos que ao combinar crescimento orgânico e por aquisições poderemos aumentar a rentabilidade da empresa por diluição de custos fixos com a maior escala de operação, e incrementar os retornos esperados sobre os ativos, mantendo-se o mesmo padrão de sustentabilidade financeira apresentado até aqui.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

A autorização para emissão das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração ocorreu em 08 de abril de 2014.

### **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras esta incluída na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 16 – Imobilizado (depreciação de veículos).

### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 – Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- Nota explicativa 14 – Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 16 – Imobilizado (depreciação de veículos);

- Nota explicativa 21 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências.

#### **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo para reportar ao diretor financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

#### **4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Nota explicativa 14 – Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota explicativa 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

## **5 Novos CPC's/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC**

A Companhia adotou os seguintes novos pronunciamentos e revisões a pronunciamentos, incluindo qualquer revisão ocorrida como consequência em outros pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2013.

- a. CPC 40 Divulgações – Apresentação Líquida de Ativos e Passivos Financeiros
- b. CPC 46 Mensuração do Valor Justo
- c. CPC 26 (R2) Apresentação de Itens em Outros Resultados Abrangentes
- d. CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados

As atualizações destas normas não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **a. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

#### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma estariam classificados como disponíveis para venda. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### *Aplicações financeiras de uso restrito*

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, consórcio a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de taxa de juros sobre determinados empréstimos e financiamentos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 não são designados em um relacionamento de hedge que se qualifica, e, portanto, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

**i. Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**b. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).



A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31/12/2013	31/12/2012
Veículos <sup>1</sup>	2 - 3 anos	2 a 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

#### **c. Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

##### *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### **d. Ativos arrendados**

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

---

<sup>1</sup> A vida útil estimada do veículo, normalmente é de 2 anos, mas ela pode variar em função do prazo de vigência do contrato de locação e de sua utilização.

**e. Veículos em desativação para renovação da frota**

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o período em que a frota está alugada a terceiros. Após este período os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do período de utilização da frota nas atividades de aluguel.

***Redução ao valor recuperável***

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

**Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

**f. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

**g. Receita líquida operacional**

**(i) Receita de locação de veículos**

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel.

**(ii) Venda de veículos**

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**h. Arrendamentos**

**(i) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**(ii) Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- (a)** Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- (b)** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

**i. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## **7 Determinação do valor justo**

Nas políticas contábeis e na elaboração das demonstrações financeiras, há a observância do valor justo dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. Tais valores têm sido apurados conforme os métodos infra citados:

### **a. Contas a receber de clientes e outras contas a receber**

O valor justo de contas a receber de clientes e e outras contas a receber é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

### **b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor principal acrescido dos juros contratados *pro-rata temporis* na data de divulgação dos resultados. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de

juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

**c. Outros passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas diretamente no resultado

## **8 Gerenciamento do risco financeiro**

### **Visão geral**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de juros

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

**a. Risco de mercado**

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2013, 50% do endividamento da Companhia era composto por linhas pré-fixadas.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

**b. *Risco operacional***

Risco Operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infra-estrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e auto seguro.

**c. *Risco de crédito***

Risco de Crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do Risco de Crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito.
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o Cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

**d. *Risco de liquidez***

O risco de Liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de Caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado, de enxugamento sistêmico de liquidez.

*Gestão de capital*

A prática adotada pela Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Capital consiste em capital social e prejuízos acumulados.

A Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis e níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Total do passivo circulante e não circulante	66.060	67.159
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<u>(12.312)</u>	<u>(15.426)</u>
	<u>53.748</u>	<u>51.733</u>
Total do patrimônio líquido	<u>22.879</u>	<u>24.229</u>
<b>Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido</b>	235%	214%

Abaixo demonstramos a exposição líquida ao final do exercício:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	(64.672)	(60.364)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12.312</u>	<u>15.426</u>
<b>Exposição líquida</b>	<u>(52.360)</u>	<u>(44.938)</u>

**e. Risco de taxa de juros**

O risco de taxas de juros é aquele o qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

**9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

**IFRIC 21 Taxas Governamentais (Levies)**

Essa interpretação refere-se à contabilização de taxas impostas pelos Governos, consistindo numa interpretação à IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.



A interpretação tipifica as taxas do Governo, e os eventos que dão origem à sua responsabilidade de pagamento, clarificando, dada a diversidade identificada na sua aplicação prática, o momento em que estas devem ser reconhecidas.

O IFRIC 21 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

**IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros) (2009)**

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (imparidade) de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar algum impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

## 10 **Reapresentação do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa**

O balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente apresentados nas informações daqueles períodos, estão sendo alterados, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função de correções na classificação, conforme segue:

Ativo	31 de dezembro de 2012		
	Saldo publicado	Reclassificação	Saldo reapresentado
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	15.426	(3.035) (i)	12.391
Aplicações financeiras de uso restrito	-	3.035 (i)	3.035
Outros ativos circulantes	7.036	-	7.036
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>22.462</b>	<b>-</b>	<b>22.462</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>68.926</b>	<b>-</b>	<b>68.926</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>91.388</b>	<b>-</b>	<b>91.388</b>

- (i) Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia, portanto, em linha com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, reclassificamos essas aplicações para a rubrica Aplicações financeiras de uso restrito.

**Maestro Locadora de Veículos S.A.**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2013 e 2012**

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31 de dezembro de 2012			
	Saldo publicado	Redassificação	Nota	Saldo reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	3.043	-		3.043
<b>Ajustes por:</b>				
Depreciação do ativo fixo e dos veículos em desativação para renovação de frota	5.743	704	(ii) / (iii)	6.447
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	20.617	(1.729)	(ii) / (iii)	18.888
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	-	782	(ii) / (iii)	782
Encargos financeiros (exceto leasing e giro-pré)	5.710	(1.052)	(ii) / (iii)	4.658
Outros ajustes	(4.346)	-		(4.346)
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>				
Aquisições de veículos (vide divulgação complementar a seguir)	-	(47.950)	(ii) / (iii)	(47.950)
Fornecedores (exceto montadora)	(1.755)	1.809	(ii) / (iii)	54
Outras variações nos ativos e passivos	(2.991)	-		(2.991)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>26.021</b>	<b>(47.436)</b>		<b>(21.415)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras de uso restrito	-	(3.035)	(i)	(3.035)
Aquisições de ativo imobilizado	(23.536)	23.058	(ii) / (iii)	(478)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(23.536)</b>	<b>20.023</b>		<b>(3.513)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	28.959	4.950	(ii) / (iii)	33.909
Amortização de empréstimos e financiamentos (exceto arrendamento mercantil)	(25.640)	18.285	(ii) / (iii)	(7.355)
Juros pagos	(5.804)	1.143	(ii) / (iii)	(4.661)
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(2.485)</b>	<b>24.378</b>		<b>21.893</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>(3.035)</b>		<b>(3.035)</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	15.426	-		15.426
No final do exercício	15.426	3.035	(i)	12.391
	-	<b>3.035</b>		<b>(3.035)</b>
<b>Divulgação complementar as informações do fluxo de caixa:</b>				<b>Saldo reapresentado</b>
Demonstração do caixa pago pela aquisição de carros:				
Aquisições de carros no exercício		(iii)		41.590
Fornecedores - Montadoras de carros:				
Saldo no final do exercício		(iii)		5.454
Saldo no início do exercício		(iii)		1.811
				(3.643)
Leasing (Pré e pós)				
Saldo no final do exercício		(iii)		13.320
Saldo no início do exercício		(iii)		23.250
				9.930
Empréstimos (Giro - pré)				
Saldo no final do exercício		(iii)		5.436
Saldo no início do exercício		(iii)		358
				(5.078)
Consórcios a pagar				
Saldo no final do exercício		(iii)		2.185
Saldo no início do exercício		(iii)		7.336
				5.151
<b>Caixa pago pela aquisição de carros</b>		(iii)		<b>47.950</b>

- (i) Redassificação efetuada de Caixa e equivalente de caixa para Atividades de Investimentos, consistentemente com a redassificação realizada no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, anteriormente descrita;
- (ii) Segregação entre Atividades operacionais e Atividades de investimentos no que se diz respeito aos veículos adquiridos para utilização na atividade fim da Companhia, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado (parágrafo 68A) e CPC 03R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixas (parágrafo 14);
- (iii) Apresentação da divulgação complementar às informações da demonstração do fluxo de caixa, em relação a aquisição de veículos e outros ativos imobilizados com assunção direta do passivo ou por meio de arrendamento mercantil financeiro.

## 11 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Caixa e bancos	48	101
Aplicações financeiras	<u>7.524</u>	<u>12.290</u>
	<u>7.572</u>	<u>12.391</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancários (CDB) remunerados a aproximadamente 100,5% do Certificado de Depósito Interbancários (CDI-C).

## 12 Aplicações financeiras de uso restrito

	31/12/2013	31/12/2012 (Reclassificado)
Certificado de depósito bancários (CDB's)	<u>4.740</u>	<u>3.035</u>
	<u>4.740</u>	<u>3.035</u>

Referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do Balanço Patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações são garantidoras dos empréstimos apresentados na nota explicativa 19.

## 13 Contas a receber de clientes

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Circulante</b>		
Locação de veículos	7.385	3.365
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(491)</u>	<u>(150)</u>
	<u>6.894</u>	<u>3.215</u>

A abertura do saldo por idade de vencimento, do contas a receber de clientes classificado no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

**Maestro Locadora de Veículos S.A.**  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2013 e 2012*

<b>Faixa</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
À Vencer	4.093	2.480
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	1.903	516
De 61 a 90 dias	58	24
De 91 a 180 dias	349	50
Acima de 180 dias	<u>982</u>	<u>295</u>
	<u>7.385</u>	<u>3.365</u>

Durante o exercício de 2013 foi revertida uma provisão no valor de R\$ 10 e constituída uma perda estimada de R\$ 351, para títulos vencidos acima de 180 dias e, portanto, a movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ficou conforme demonstrado abaixo:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(150)
Reversão da perda estimada	10
Constituição da perda estimada	<u>(351)</u>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<u>(491)</u>

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Não circulante</b>		
Locação de veículos	1.344	2.887
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(664)</u>	<u>(1.167)</u>
	<u>680</u>	<u>1.720</u>

A abertura do saldo por idade de vencimento, do contas a receber de clientes classificado no ativo não circulante, está demonstrada a seguir:

<b>Faixa</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
À Vencer	2	24
Vencidos:		
De 1 a 60 dias	4	128
De 61 a 90 dias	2	122
De 91 a 180 dias	8	279
Acima de 180 dias	<u>1.328</u>	<u>2.334</u>
	<u>1.344</u>	<u>2.887</u>

O contas a receber “Não circulante” é composto por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

Durante o exercício de 2013, uma das empresas constantes no saldo do contas a receber entrou em recuperação judicial, e desta forma, todo o saldo a receber de R\$ 686 mil foi baixado para resultado, assim como a sua provisão de R\$ 336 foi revertida.

Em agosto de 2013, foi assinado com um desses clientes um contrato de confissão de dívida, prevendo o pagamento do montante de R\$916 no período de um ano. Desta forma, este montante foi reclassificado para a linha de contas a receber a curto prazo e a respectiva perda estimada com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$432 foi revertida.

Adicionalmente, foi constituída provisão de R\$ 265, para os títulos vencidos acima de 180 dias, atingindo-se um provisionamento de 50% do saldo desse grupo. A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa das contas a receber classificadas no ativo não circulante ficou conforme demonstrado abaixo:

<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(1.167)
Reversão da perda estimada	768
Constituição da perda estimada	<u>(265)</u>
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<u>(664)</u>

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

## **14 Veículos em desativação para renovação da frota**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Veículos	418	2.076
Provisão para perda do valor recuperável	<u>-</u>	<u>(101)</u>
	<u>418</u>	<u>1.975</u>

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto a realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

Em 2012, após a medida provisória número 563/2012 que reduziu o IPI na venda de veículos novos, o mercado de seminovos também sofreu uma redução no preço de venda de seus veículos. Conforme as vendas realizadas no primeiro semestre de 2012, foi possível verificar que esta perda ficou em aproximadamente 5% do valor residual dos veículos. Desta forma, constituímos em 31 de dezembro de 2012, para os nossos veículos destinados à venda uma provisão para perda do valor recuperável no montante de R\$ 101.

Para a data base de 31 de dezembro de 2013, não foi identificado nenhum evento que impactasse o valor recuperável do ativo imobilizado, e desta forma, a provisão para perda foi revertida.

## 15 Impostos diferidos

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscais diferidos da Companhia nos exercícios comparativos:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Ativos	Passivos	Líquido	Ativos	Passivos	Líquido
Prejuízo fiscal e Base Negativa de IRPJ e CSLL	7.997	-	7.997	6.877	-	6.877
Ajuste de arrendamento Mercantil	-	(4.350)	(4.350)	-	(2.009)	(2.009)
Ajuste de depreciação	-	(1.798)	(1.798)	-	(3.857)	(3.857)
Outras adições temporárias	431	-	431	574	-	575
<b>Totais</b>	<u>8.428</u>	<u>(6.148)</u>	<u>2.280</u>	<u>7.451</u>	<u>(5.866)</u>	<u>1.586</u>

O ativo é composto de prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL e outras diferenças temporárias, representadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perda do valor recuperável dos veículos em desativação para renovação de frota e provisão para contingências.

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil econômica e as taxas fiscais.

O crédito de imposto diferido reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 694 (R\$ 5.704 em 31 de dezembro de 2012).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no resultado têm a seguinte origem:

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Outras diferenças temporárias	(421)	1.360
Prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL	<u>3.293</u>	<u>18.866</u>
	<u>2.872</u>	<u>20.226</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Ajuste de depreciação	6.057	(4.946)
Ajuste de arrendamento mercantil	<u>(6.889)</u>	<u>1.498</u>
	<u>(832)</u>	<u>(3.448)</u>
Total	<u>2.040</u>	<u>16.778</u>
Alíquota imposto de renda (25%)	510	4.194
Alíquota contribuição social (9%)	<u>184</u>	<u>1.510</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado</b>	<u>694</u>	<u>5.704</u>

Medida Provisória nº 627:

A Medida Provisória nº 627 (“MP 627/13”), publicada em 12 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627/13 encontra-se presentemente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil - RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas.

Com base em sua redação atual, a Companhia entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação).

A Companhia não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a regulamentação definitiva das alterações à redação original de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto, mas não espera efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras, devido a ausência de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no período de 1º de janeiro de 2008 até 31 de dezembro de 2013.

## 16 Imobilizado

### Movimentação do Custo

	31/12/2012		31/12/2013			Total
	Saldos	Adições	Baixas	Transfer. contra veículos	Tranfer. para renovação <sup>2</sup>	
Veículos operacionais	55.345	23	(1.659)	44.632	(26.623)	71.718
Equipamentos de informática e telefonia	146	8	-	-	-	154
Máquinas e equipamentos	217	411	-	-	-	628
Móveis e utensílios	73	5	-	-	-	78
Móveis em arrendamento	27	-	-	-	-	27
Benfeitorias	136	3	-	-	-	139
Imobilizações em curso	17.399	27.347	-	(44.632)	-	114
Adiantamentos de consórcios	-	339	(22)	-	-	317
	<u>73.343</u>	<u>28.136</u>	<u>(1.681)</u>	<u>-</u>	<u>(26.623)</u>	<u>73.175</u>

### Movimentação da depreciação acumulada

	V.U. <sup>3</sup>	31/12/2012		31/12/2013		Total
		Saldos	Adições	Baixas	Transfer. Renovação	
Veículos operacionais	2-3	(7.298)	(7.154)	192	5.662	(8.598)
Equipamentos de informática e telefonia <sup>4</sup>	5-10	(11)	(26)	-	-	(37)
Máquinas e equipamentos	10	(1)	(100)	-	-	(101)
Móveis e utensílios	10	(11)	(7)	-	-	(18)
Móveis em arrendamento	10	-	(4)	-	-	(4)
Benfeitorias	10	(4)	(19)	-	-	(23)
		<u>(7.325)</u>	<u>(7.310)</u>	<u>192</u>	<u>5.662</u>	<u>(8.781)</u>
<b>Provisão para redução ao valor recuperável de veículos</b>		<u>(403)</u>	<u>(43)</u>	<u>446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>65.616</u>	<u>20.783</u>	<u>(1.044)</u>	<u>(20.961)</u>	<u>64.394</u>

<sup>2</sup> Transferência de desativação para renovação de frota

<sup>3</sup> V.U. é o tempo de vida útil de cada item do ativo, conforme nota 3, item b., subitem (iii).

<sup>4</sup> Foram considerados os prazos de 5 anos para equipamentos de Telefonia e 10 para equipamentos de informática.



## 17 Intangível

	31/12/2012		31/12/2013		
	Saldos	Adições	Baixas	Total	
Software	-	40	-	40	
	-	40	-	40	
	<b>V.U</b>	<b>Saldos</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Total</b>
Amortização do Software	5	-	(11)	-	(11)
		-	(11)	-	(11)
<b>Intangível líquido</b>		-	29	-	29

## 18 Fornecedores

	31/12/2013	31/12/2012
Montadoras	163	5.454
Fornecedores diversos	449	645
	<u>612</u>	<u>6.099</u>

## 19 Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia está apresentado nos quadros abaixo:

31 de dezembro de 2013								
Modalidade	Moeda	Taxa anual (%)		Ano de Vcto.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror Giro (Pré)	R\$	1,26 a.m	1,47 a.m	2016	229	143	372	1
	R\$	0,85 a.m CDI + 0,31	1,24 a.m	2016	17.316	10.829	28.145	43
Giro (Pós)	R\$	a.m	CDI + 0,6 a.m	2016	13.350	9.399	22.749	35
Leasing (Pré)	R\$	1,12 a.m	1,19 a.m	2016	2.389	1.657	4.046	6
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,28 a.m	CDI + 0,71 a.m	2016	5.174	4.743	9.917	15
					<u>38.458</u>	<u>26.771</u>	<u>65.229</u>	<u>100</u>
<b>Despesa antecipada s/ empréstimos</b>					<u>(551)</u>	<u>(456)</u>	<u>(1.007)</u>	
<b>Total</b>					<u>37.907</u>	<u>26.315</u>	<u>64.222</u>	

**31 de dezembro de 2012**

Modalidade	Moeda	Taxa Ano (%)		Ano de Vcto.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
CDC/Compror	R\$	1,33 a.m	1,35 a.m	2016	241	446	687	1
Giro (Pré)	R\$	0,96 a.m	1,31 a.m	2015	12.764	18.951	31.715	54
Giro (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m.	CDI + 0,34 a.m.	2015	4.724	8.645	13.369	23
Leasing (Pré)	R\$	0,99 a.m	1,33 a.m	2016	4.562	6.723	11.285	19
Leasing (Pós)	R\$	CDI + 0,30 a.m	CDI + 0,32 a.m	2016	816	1.219	2.035	3
					23.107	35.984	59.091	100
<b>Despesa antecipada s/ empréstimo</b>					(579)	(333)	(912)	
<b>Total</b>					22.528	35.651	58.179	

As parcelas classificadas no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2013
2015	22.424
2016	4.347
	26.771

Em 31 de dezembro de 2013, com exceção da linha de giro, todas as demais linhas estão 100% garantidas por veículos. Não há exposição cambial de nenhuma espécie.

Do saldo de empréstimos giro pré de R\$28.145 (R\$31.715 em dezembro de 2012), R\$6.422 (R\$5.436 em dezembro de 2012) referem-se a empréstimos, com o banco Volkswagen, obtidos para compra de veículos.

Combinados empréstimos, financiamentos e consórcios (vide notas 19 e 20) compõe a dívida bruta de R\$64.672 em dezembro de 2013 (R\$60.364 em dezembro de 2012).

Os empréstimos são garantidos por veículos na modalidade leasing e composição de veículos e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro. Nenhuma operação vigente em 31 de dezembro de 2013 apresenta cláusula de restrições (“covenants”).

### **Análise de sensibilidade**

Do endividamento total, aproximadamente 50% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31/12/2013, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 25% e 50%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar base de SELIC de 10%. Veja quadro a seguir:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	10%	12,50%	15%
Variação em relação ao cenário base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(32.666)	(33.483)	(34.299)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	12.264	12.571	12.877
Efeito líquido patrimonial	(20.402)	(20.912)	(21.422)
Efeito líquido no resultado	-	(510)	(1.020)

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa 28.

## 20 Consórcios a pagar

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	303	1.953
Não circulante	147	232
	450	2.185

Em 31 de dezembro de 2013, a Maestro possuía em seu balanço:

- (a) 71 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre dezembro de 2009 e julho de 2011, com taxas de administração entre 10% e 11%, diluídas ao longo do período total do consórcio, de 54 a 59 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 22; e
- (b) 12 veículos financiados pela modalidade de consórcio, cujas cotas foram formadas entre outubro e dezembro de 2013, com taxas de administração de 19%, diluída ao longo do período total do consórcio, de 69 meses. O valor médio financiado por cota é de R\$ 50.

## 21 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2012	31/12/2012
Contingências cíveis	112	23

Em consonância com a norma contábil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a processos com probabilidade de perda, classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 698 (R\$ 553, em 31 de dezembro de 2012) e estes processos estão relacionados a causas cíveis.

### Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, registrados no valor de R\$ 64 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2012).

As movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/12	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/13
Cíveis	23	89	-	112
Depósitos judiciais	(5)	(59)	-	(64)
	<u>18</u>	<u>29</u>	<u>-</u>	<u>48</u>

## 22 Patrimônio líquido

### Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é constituído de 1.160.402 ações ordinárias, representando o capital social de R\$ 30.535. As ações não possuem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas. Os titulares de ações ordinárias têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

Acionistas	Ações Integralizadas	Capital Subscrito
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes <i>Stratus Fleet</i>	780.687	28.680
Lewco Participações e Administração Ltda.	27.220	1.000
Stratus Investimentos Ltda.	12.249	450
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	340.246	405
	<u>1.160.402</u>	<u>30.535</u>

## 23 Receita líquida

Abaixo apresentamos a receita líquida, por natureza

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Locação de veículos	32.821	25.967
Venda de veículos	22.197	18.382
<b>Total da receita líquida</b>	<u>55.018</u>	<u>44.349</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita líquida:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta	55.265	43.942
Menos:		
Impostos sobre vendas	(246)	423
Devoluções	(1)	(16)
<b>Total da receita líquida</b>	<u>55.018</u>	<u>44.349</u>

## 24 Custo de locação e venda de veículos

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Descrição</b>		
Custos de manutenção	(9.325)	(8.028)
Custos com depreciação	(7.209)	(5.486)
Reversão (constituição) da provisão para redução ao valor recuperável de veículos (imobilizado e em desativação para renovação de frota)	504	(504)
Custos dos veículos vendidos	<u>(23.712)</u>	<u>(19.593)</u>
	<u>(39.742)</u>	<u>(33.611)</u>

## 25 Despesas administrativas e gerais

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Descrição</b>		
Despesas gerais	(4.770)	(5.032)
Despesas tributárias	-	(22)
Despesas com pessoal	<u>(4.453)</u>	<u>(3.960)</u>
	<u>(9.223)</u>	<u>(9.014)</u>

## 26 Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.009	1.179
Juros ativos	<u>119</u>	<u>224</u>
<b>Total</b>	<u>1.128</u>	<u>1.403</u>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Juros passivos	(8.468)	(5.722)
Descontos concedidos	(130)	(36)
Despesas bancárias	(103)	(100)
Taxa de administração de consórcio	(78)	(103)
IOF sobre operação financeira isolada	<u>(562)</u>	<u>(81)</u>
<b>Total</b>	<u>(9.341)</u>	<u>(6.042)</u>

## 27 Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 820 (R\$ 816 em 31 de dezembro de 2012), a título de remuneração fixa. Não houve pagamento de bônus ou qualquer outro tipo de remuneração variável no período do exercício e não houve qualquer outra transação na Companhia envolvendo partes relacionadas.

## 28 Instrumentos financeiros

### Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	12.312	15.426
Contas a receber de clientes	7.574	4.935
Outras contas a receber	412	659
	<u>20.298</u>	<u>21.020</u>

### Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivo financeiro não derivativo	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	64.672	60.364
Fornecedores e outras contas a pagar	914	6.390
	<u>65.586</u>	<u>66.754</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	12 meses ou menos	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	66.672	42.484	31.945	123	74.552
Fornecedores e outras contas a pagar	914	914	-	-	914
	<u>67.586</u>	<u>43.398</u>	<u>31.945</u>	<u>123</u>	<u>75.466</u>

### Classificação e valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixas e bancos	48	48	101	101
Contas a receber de clientes	7.574	7.574	4.935	4.935
Outras contas a receber	412	412	659	659
<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>				
Aplicações financeiras	7.524	7.524	12.290	12.290
Aplicações financeiras de uso restrito	4.740	4.740	3.035	3.035

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>				
Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar	64.672	64.672	60.364	60.364
Fornecedores	612	612	6.099	6.099
Outras contas a pagar	302	302	291	291

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração ser baseada na variação do CDI.
- **Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos, financiamentos e consórcios a pagar** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Vide maiores detalhes sobre gerenciamento de risco financeiro na nota explicativa nº 8.

### Riscos de taxa de juros

A Companhia contratou operações de swap, com o objetivo de se proteger contra as variações das taxas de juros.

As posições de derivativos em aberto são como segue:

Instrumento	Objeto de proteção	Vencimentos	A receber Taxa Pr é	A pagar	Valor de referência Notional	Valor de mercado
SWAP	Empréstimos	08/10/2015	9,082% a.a. / 10,658% a.a.	CDI + 4,245% a.a. / CDI + 4,25% a.a.	3.347	3.450

O efeito das operações relacionadas a SWAP no resultado da Companhia de 2013 foi R\$ 103. A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem a Política de Risco adotada pela Companhia e foram satisfatórios.

## **29**    **Eventos subsequentes**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2014, o Stratus SCP Brasil FIP, Fundo de Investimentos em Participações, fundo administrado pela Stratus Investimentos Ltda. (mesmo administrador do atual acionista da Maestro FMIEE Stratus Fleet), ingressou na Companhia por meio de subscrição de 541.119 novas ações de seu capital social, totalizando R\$20.000. Os acionistas fundadores (Fabio Lewkowicz, Alan Lewkowicz, Natalie Lewkowicz Rivkind, bem como a holding Lewco, por eles controlada), subscreveram na mesma ocasião 32.467 novas ações, totalizando R\$1.200. As integralizações se darão da seguinte forma: R\$ 20.000 até 19 de maio de 2014, R\$ 600 até 24 de julho de 2014 e R\$ 600 até 24 de abril de 2015.

\*            \*            \*

Carlos Alves  
Diretor Financeiro

Henrique Barbosa  
Contador CRC RJ-098261/O-8